

## A RELEVÂNCIA DA PERÍCIA DOCUMENTOSCÓPICA NA SOLUÇÃO DE DEMANDAS JUDICIAIS SOBRE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS

### Autor(res)

Katia Cristina Magalhaes  
Felipe De Almeida Campos  
Pollyanna Thays Zanetti  
Marcos Paulo Andrade Bianchini

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP

### Introdução

O relatório Justiça em Números 2024, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), revelou que, em 2023, o país atingiu o maior patamar da série histórica de demandas judiciais, com 35,3 milhões de casos novos, representando aumento de 9,4% em relação ao ano anterior. Entre os processos que mais impactam o acervo, destacam-se as ações envolvendo contratos de empréstimos consignados, que figuram entre as principais causas de judicialização. Esse cenário se agrava com a facilidade de manipulação eletrônica de arquivos e pelos avanços tecnológicos, situação frequentemente explorada em prejuízo de idosos e pessoas em condição de hipervulnerabilidade. Nesse contexto, mostra-se essencial a utilização de instrumentos técnicos especializados capazes de atestar a autenticidade documental. A perícia Documentoscópica assume papel de destaque ao fornecer subsídios científicos ao magistrado, resguardar a boa-fé nas relações contratuais e reforçar a efetividade da prestação jurisdicional.

### Objetivo

Investigar a importância da perícia documentoscópica na solução de litígios relacionados a empréstimos consignados, considerando o aumento das demandas judiciais revelado pelo CNJ. Busca-se demonstrar como a prova técnica contribui para o combate às fraudes documentais nos processos, assegurando a segurança jurídica, a proteção do consumidor.

### Material e Métodos

A pesquisa desenvolvida apresenta caráter qualitativo e exploratório, adotando o método dedutivo. Foram examinados dados oficiais constantes no relatório Justiça em Números 2023 e 2024, com ênfase no aumento das demandas judiciais referentes a contratos bancários e empréstimos consignados. Além disso, utilizaram-se como base teórica artigos acadêmicos, os quais discutem a relevância da prova técnica no convencimento judicial. Também foram consultados, livros sobre documentoscopia física e digital, publicações institucionais e reportagens recentes acerca da falsificação de assinaturas e da necessidade de intensificação dos mecanismos de controle. O



objetivo metodológico consistiu em relacionar dados estatísticos com a análise crítica da função da perícia Documentoscópica como instrumento de enfrentamento à litigiosidade repetitiva.

## Resultados e Discussão

Conforme os dados do CNJ, os contratos de empréstimos consignados figuram entre os cinco assuntos mais recorrentes nas ações judiciais, verificou-se em publicações institucionais um aumento expressivo de litígios envolvendo falsificação de assinaturas físicas e digitais. Nesse contexto, a perícia documentoscópica assume papel central ao aplicar métodos científicos voltados à verificação da autenticidade documental. Técnicas como a análise grafodocumentoscópica, exame de documentos digitalizados, certificação digital, biometria, e avaliação de metadados eletrônicos, permitem identificar inserções e manipulações eletrônicas imperceptíveis a uma análise superficial. Ademais, o dever constitucional de fundamentação das decisões impõe ao magistrado exame rigoroso do conjunto probatório, o que reforça a indispensabilidade da prova pericial. Assim, a perícia documentoscópica contribui para a solução justa da lide, protege a boa-fé contratual.

## Conclusão

O expressivo aumento de ações envolvendo empréstimos consignados demonstra a urgência em fortalecer a utilização da perícia Documentoscópica como meio de apuração da autenticidade documental. A prova técnica oferece segurança ao processo, reduz incertezas e combate fraudes que fragilizam o sistema contratual. Nesse sentido, constitui ferramenta indispensável para assegurar a efetividade da tutela jurisdicional e promover maior confiança nas relações jurídicas contemporâneas.

## Referências

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Relatório Justiça em Números 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/04/justica-em-numeros-2024.pdf>

PARODI, Lorenzo. Falsificação de documentos em processos eletrônicos: como detectar e comprovar através de documentoscopia em documentos digitais e outras técnicas. Rio de Janeiro: Brasport, [2018].

NOBRE, JEAN RAPHAEL DA SILVA; SARMENTO, MIRIAM PARREIRAS DE SOUZA. Fraudes em Empréstimos Consignados de Aposentados e Pensionistas do INSS. 1. ed. São Paulo: Editora Expert, 2025. 246 p. ISBN 978-6560061262.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Da valoração da prova pericial à luz do dever de fundamentação das decisões judiciais no processo civil. 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2022/11/7.1.pdf>

BRASIL. Código de Processo Civil. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 mar. 2015.